

Representações do Egito Antigo na Coleção *Sérgio Buarque de Hollanda*: um estudo de *História da civilização*

Representations of Ancient Egypt in the Sérgio Buarque de Hollanda Collection: a Study of History of Civilization

Fábio Alexandre da Silva*

RESUMO

Buscando compreender o modo como a historiografia tem representado o Egito Antigo em livros didáticos, este artigo objetiva explicitar, a partir do estudo da produção didática de Sérgio Buarque de Holanda, como o autor narra e representa imageticamente a civilização egípcia em *História da Civilização*. Para tanto, retoma-se a formação histórica do Egito e traceja-se um painel teórico sobre as representações imagéticas em manuais escolares, seguida da análise da iconografia egípcia no livro-fonte selecionado. Palavras-chave: livros didáticos; Sérgio Buarque de Holanda; iconografia egípcia.

ABSTRACT

Seeking to understand how historiography has represented Ancient Egypt in textbooks, this article aims to explain, based on the study of didactic production by Sérgio Buarque de Holanda, as the author narrates and imagines the Egyptian civilization in *History of Civilization*. Therefore, resume the Egypt historical formation and draw a theoretical panel on how to represent images in school textbooks, followed by the analysis of Egyptian iconography in the selected book.

Keywords: textbooks; Sérgio Buarque de Holanda; egyptian iconography.

Uma das temáticas que tem ganhado espaço na historiografia contemporânea são os manuais escolares. Segundo Choppin (2002), é crescente o número de historiadores que se interessam pelas formas de representação dos sujeitos e sociedades em livros didáticos de História, preocupados em denunciar “os pré-julgamentos nacionais e os estereótipos susceptíveis de despertar, conservar ou reativar os sentimentos de hostilidade entre os povos.” (CHOPPIN, 2002, p. 10). No caso da História Antiga e, em particular, do Egito, muitos livros didáticos brasileiros têm concedido um lugar comparativamente menor a essa sociedade.

* Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil. fabioxandy@hotmail.com

Para Assumpção e Campos (2020), esse posicionamento ocorre em virtude da insuficiência de debates na comunidade científica brasileira sobre o mundo antigo e também por conta de uma “supervalorização” da História do Brasil em detrimento da Antiguidade, limitando, em alguma medida, “a percepção de mundo dos educandos, sem considerar que essas questões se fundamentam na relação entre culturas, etnias e sociedades para além da brasileira” (ASSUMPÇÃO; CAMPOS, 2020, p. 74).

Tendo isso em vista, busca-se estudar, neste texto, as representações imagéticas e as narrativas sobre o Egito Antigo a partir do livro didático (LD) *História da Civilização*¹ – um dos manuais que compõem a *Coleção Sérgio Buarque de Hollanda*². A escolha pelo Egito é resultado, por um lado, do fascínio que essa civilização³ exerce na humanidade e, por outro, do modo como ela tem sido representada historicamente: culturalmente rica e politicamente soberana. Nas palavras de Ciro Flamarion Cardoso (1982, p. 1), “nenhuma outra cultura da Antiguidade inspirou a elaboração de tantos livros de divulgação destinados ao grande público”.

Em matéria de estrutura metodológica, organiza-se o artigo em duas seções. Em um primeiro momento, retoma-se brevemente a História da civilização egípcia, particularmente após a sua unificação, no terceiro milênio antes da era cristã. Na sequência, é realizado um painel teórico a respeito das representações, narrativas e usos do conhecimento histórico em manuais escolares, seguido da análise da representação do Egito Antigo na obra de Buarque de Hollanda⁴. Um estudo necessário, uma vez que os livros didáticos do autor foram utilizados em escolas brasileiras de todas as regiões do país por aproximadamente duas décadas e contribuíram largamente para a formação do pensamento histórico de professores e alunos⁵. Ademais, deve-se levar em conta que esse tipo de material figura, ainda hoje, como instrumento central no cotidiano escolar (BITTENCOURT, 1993), conservando, muitas vezes, visões e concepções histórico-sociais de outrora.

O EGITO FARAÔNICO

O fascínio que o Egito Antigo exerce sobre a humanidade não é exclusividade do nosso tempo. Já no século V a.C., Heródoto de Halicarnasso (484-425 a.C.) demonstrava seu encantamento por essa civilização ao afirmar que

“em nenhum outro lugar há tantas coisas maravilhosas [...], nem, em todo mundo, há tantas obras de indescritível grandeza” (HERÓDOTO, II, 35 apud FUNARI; GRALHA, 2010, p. 1). Tal encantamento é decorrente da vasta História do Egito, país que “não somente representa o primeiro reino unificado historicamente conhecido, como também a mais longa experiência humana documentada de continuidade política e cultural” (CARDOSO, 1982, p. 1). Fascínio que reverbera também no campo acadêmico, palco de diversos estudos sobre o Egito Antigo, seja em nível de graduação ou de pós-graduação⁶.

Posto isso, é importante dizer que até o fim do século XVIII, só se conhecia, no Ocidente, a História do Egito por meio de duas fontes: através da Bíblia ou por meio de textos greco-romanos. No primeiro caso, as narrativas são, evidentemente, carregadas de caráter religioso e sem compromisso com a historiografia, apesar de serem tomadas, em algum momento, como fonte para o estudo do período, a exemplo do livro de Êxodo, que trata da escravização dos hebreus no Egito. Com relação aos textos greco-romanos, além de Heródoto, há também os relatos de Diodoro da Sicília (90-21 a.C.) – historiador grego – e de Estrabão (63 a.C.-24 d.C.) – geógrafo grego (FUNARI; GRALHA, 2010).

Esse panorama começou a se modificar com as viagens napoleônicas ao Egito, no fim do século XVIII, e com o advento da obra *Descrição do Egito*, publicada no início do século seguinte. Outro avanço notório foi a decifração da escrita hieroglífica⁷ pelo francês Jean-François Champollion (1790-1832), possibilitando o acesso a fontes primárias e documentos egípcios traduzidos, ampliando consideravelmente a produção de conhecimento histórico sobre a civilização egípcia (FUNARI; GRALHA, 2010). Dentre as fontes conhecidas, destacam-se dois documentos escritos possivelmente por sacerdotes ou funcionários reais: a Pedra de Palermo e o Papiro Real de Turim.

A Pedra de Palermo (assim chamada porque o maior fragmento do texto é conservado no museu dessa cidade da Sicília) é uma placa de diorito gravada nas duas faces, com os nomes de todos os faraós que reinaram no Egito desde o começo da V dinastia, por volta de -2450. A partir da III dinastia, a Pedra de Palermo arrola não só os nomes dos soberanos na ordem de sucessão, mas também os principais eventos de cada reinado ano a ano; tais listas constituem verdadeiros anais. É lamentável que esse documento incomparável esteja quebrado, tendo chegado incompleto até nós. O *Papiro de Turim*, preservado no museu dessa cidade, não é menos importante [...]. Fornece uma lista completa de todos

os faraós, desde os primeiros tempos até aproximadamente -1200. Embora tenha sido descoberto intacto no século XIX, este documento foi manuseado com tanto descuido por ocasião do transporte que se despedaçou, tendo sido necessário anos de trabalho para a sua restauração. (MOKHTAR; VERCOUTTER, 2010, p. XXXVIII-XXXIX, grifo dos autores)

Deve-se sublinhar que apesar dos feitos arqueológicos mencionados, ainda são escassos os documentos e vestígios humanos que dizem respeito ao povoamento, formação social e unificação do Egito⁸. Mesmo na atualidade, há bastante divergência entre egiptólogos, arqueólogos e historiadores, o que torna inconclusas as teorias sobre a cronologia egípcia, deixando lacunas importantes nas narrativas sobre o período. Contudo, para fins de organização temporal, adotou-se a seguinte estrutura cronológica:

Quadro 1 - Cronologia egípcia

Nomenclatura	Período
Paleolítico	700000-12000 a.C.
Epipaleolítico	12000-9000 a.C.
Neolítico	5300-4000 a.C.
Período Pré-dinástico	4000-3200 a.C.
Dinastia 0 (Naqada III)	3200-3000 a.C.
Período Faraônico	3000-332 a.C.
Período Protodinástico (I e II dinastias)	3000-2686 a.C.
Antigo Reino	2686-2181 a.C.
Primeiro Período Intermediário	2181-2055 a.C.
Reino Médio	2055-1650 a.C.
Segundo Período Intermediário	1650-1550 a.C.
Novo Reino	1550-1069 a.C.
XVIII Dinastia	1550-1295 a.C.
Período Ramessida	1295-1069 a.C.
Terceiro Período Intermediário	1069-664 a.C.
Período Tardio	664-332 a.C.
Período Ptolomaico	332-31 a.C.
Período Romano	30 a.C.- 311 d.C.
Período Romano Oriental ou Período Bizantino	311-642 d.C.
Conquista Muçulmana	642 d.C.

Fonte: Adaptado de Funari e Gralha (2010).

De modo geral, é possível apontar que o surgimento da civilização egípcia está ligado às migrações humanas para o norte da África após a última era glacial, ocorrida por volta de 10000 e 9500 a.C. Com o derretimento das geleiras da região que compreende, na atualidade, a África saariana, “as populações não tiveram como continuar no interior e foram para a floresta equatorial, para o Mediterrâneo ou para o vale do Rio Nilo” (FUNARI; GRALHA, 2010, p. 6). Nessa época, os egípcios adotaram um modo de vida agrícola e pastoril, tendo desenvolvido instrumentos e armas à base de pedra. Também exploraram a cerâmica e metais como o cobre e o ouro (BAKR, 2010).

Essa é a explicação mais provável para o modo como se deu o povoamento nessa faixa geográfica, haja vista que “por mais de mil quilômetros, não havia outra fonte d’água, só o Nilo, do Mediterrâneo para o interior. Isso devia impressionar os povos que ali viveram e marcou os egípcios” (FUNARI; GRALHA, 2010, p. 6). Além disso, no período compreendido entre 3300 e 3000 a.C., ocorreu uma queda acentuada das chuvas, levando “as populações nômades da África saariana a imigrarem para o vale do Nilo à procura de suprimento permanente de água” (BAKR, 2010, p. 37). O que acabou favorecendo a agricultura e a criação de gado, atividades que passaram a ser praticadas tanto na extensão do Vale quanto no Delta do Nilo. Desde então, houve uma dependência maior da água do rio, uma vez que gradativamente o território egípcio tornava-se mais seco. Assim,

ficou definitivamente estabelecida a atual ecologia do Egito, com suas três regiões: o Delta, com maior extensão de terras aráveis e de pastos, e contendo também muitos pântanos; o Vale, estreita faixa de terra arável apertada entre desertos, que na Antiguidade continha igualmente manchas pantanosas; e o deserto estéril. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se crescentemente uma agricultura dependente da irrigação, com aproveitamento e controle do fenômeno natural das cheias anuais do Nilo. (CARDOSO, 1982, p. 5)

Resultado, então, de um longo processo histórico e inicialmente subdividido em dois reinos – o Alto Egito, ao sul, e o Baixo Egito, ao norte –, o Egito se unifica por volta de 3200-3000 a.C., sendo este o marco para o nascimento do chamado *Egito Faraônico* (3200-332 a.C.). Embora a agricultura irrigada tenha tido importância ímpar no processo de unificação, não se pode afirmar que ela seja a causa única da centralização do Estado egípcio⁹, tese defendida

pela historiografia até o século XX (a polêmica “hipótese causal hidráulica”). Segundo Cardoso (1982), a irrigação, enquanto sistema centralizado e de alcance em todo o território egípcio, surge após o nascimento de um Estado consolidado politicamente e não antes, como defende a historiografia tradicional. Não obstante, ocupa papel central na constituição do reino egípcio.

No Período Pré-dinástico, o Egito era formado por cidades localizadas entre o Delta e o Vale do Nilo. Muitas dessas cidades se tornaram regiões centrais em relação ao comércio, justamente por possuírem uma posição geográfica favorável à extração de matérias-primas. Outro fator importante nesse processo foi o desenvolvimento da escrita¹⁰, utilizada na maioria das cidades do período para favorecer, em geral, a atividade comercial. Há indícios de que o Egito importou dos mesopotâmicos tanto a escrita quanto o cultivo da agricultura. Entretanto, a maneira com a qual os egípcios empregaram ambas as soluções em sua civilização é original. Retomando Cardoso (1982), tem-se que a agricultura, a criação de gado e a pesca eram atividades praticadas no Egito desde os tempos da unificação. A caça, em particular, era uma prática comum tanto no deserto quanto nos pântanos e tinha como instrumentos principais o arco, o laço e as redes, além de ser intermediada por cães.

Apesar de exploratória, a economia egípcia não pode ser classificada como escravista, tal como fora na Grécia e em Roma. Era baseada, sobretudo, na exploração do trabalho camponês, que desde o terceiro milênio era usado para esse fim. Basicamente, os camponeses eram agrupados em decúrias e centúrias e comandados por capatazes, que os utilizavam majoritariamente para o cultivo da terra. Por outro lado, não se pode negar que o trabalho escravo fez-se presente ao longo do desenvolvimento histórico do Egito. Porém, em linhas gerais, resumia-se ao trabalho militar compulsório, no qual tropas auxiliares eram, por vezes, formadas integralmente por escravos (CARDOSO, 1982). Seu uso era, portanto, de caráter marginal, não detendo papel central no desenvolvimento econômico da sociedade egípcia.

Do nascimento das primeiras cidades egípcias decorreu a formação de suas duas primeiras dinastias, datadas de 3000 a 2686 a.C. Esse período, conhecido como Protodinástico, é caracterizado pelo surgimento dos sarcófagos reais, a exemplo da Pirâmide de Degraus de Djoser (c. 2640 a.C.), projetada e construída por Imotepe (comumente grafado *Imhotep*), considerado o primeiro arquiteto e médico da História (ainda que a cultura greco-romana reivin-

dique para si tal mérito). Nesse mesmo período, provavelmente foram construídas também as grandes pirâmides de Gizé (Quéops, Quéfren e Miquerinos). O principal legado dessa época é, talvez, a simbologia que possuem essas edificações monumentais, as quais são repletas de estátuas e mobiliários opulentos, significando o poder centralizado na figura do *faraó* – um deus personificado que passa a deter cada vez mais poder político e soberania social.

O faraó encarnava o Estado e era responsável por todas as atividades do país [...]. Além disso, era o sumo sacerdote de todos os deuses, servindo-os diariamente em cada um dos templos. Obviamente, na prática, era-lhe impossível corresponder a tudo o que dele se esperava. Necessitava de representantes para executar suas tarefas divinas: ministros, funcionários nas províncias, generais no exército e sacerdotes nos templos. Embora seu poder fosse teoricamente absoluto, ele não podia, de fato, exercê-lo livremente. Era ele a personificação de crenças e práticas muito antigas que se desenvolveram progressivamente com o passar dos anos. (BAKR, 2010, p. 42)

É importante destacar que os egípcios acreditavam na vida eterna, que poderia ser conquistada por meio do culto aos deuses e pelo ritual de mumificação¹¹. Segundo Bakr (2010, p. 43), em “nenhuma outra nação antiga ou moderna, a ideia de uma vida após a morte desempenhou papel tão importante e influenciou tanto a vida dos crentes como no antigo Egito”. Nos dizeres de Funari e Gralha (2010, p. 23), a “autoridade real sempre esteve fundada na legitimidade sobrenatural, numa associação do governante com o mundo das forças cósmicas. O próprio faraó podia ser considerado um deus ou possuir atributos divinos”. Sob essa égide, o faraó concentrava todo o poder político em suas mãos, de modo que a totalidade das “atividades produtivas e comerciais, mesmo quando não integravam os numerosos monopólios estatais, eram estritamente controladas, regulamentadas e taxadas pela burocracia governamental” (CARDOSO, 1982, p. 13).

Contudo, à medida que aumentava o poder político do faraó, cresciam também as disputas entre as lideranças locais. Exemplo disso é a pressão exercida pela aristocracia hereditária – composta, normalmente, por sacerdotes e altas patentes militares – sobre a figura do rei, ameaçando a sua autoridade política (CARDOSO, 1982). Vale pontuar que a situação política só volta a se acalmar no Egito a partir da XII Dinastia (185-1795 a.C.), já no Reino Médio,

quando o poder dos nobres passou a ser melhor controlado pelo faraó (FUNARI; GRALHA, 2010)¹². Ainda no campo político, Bakr (2010) nos lembra que apesar de os antigos egípcios terem desenvolvido algum senso de democracia, predominava a autoridade (e a vontade) faraônica. No plano cultural, floresceu, em particular, a crença em Osiris¹³, principal deus funerário, e a literatura se tornou popular tendo como pilar o desenvolvimento da ficção.

Na passagem do Segundo Período Intermediário (1650-1550 a.C.) para o Novo Reino (1550-1069 a.C.), o Egito passou a ser governado pelos hicsos (do egípcio *hekau-khasut* – príncipes de terras estrangeiras), um povo nômade de origem asiática e de característica belicosa que ocupou, principalmente, a região do Delta do Nilo. Segundo Raisa Sagredo (2018), a conquista dos hicsos trouxe para a sociedade egípcia implicações, sobretudo, de ordem étnica. Do mesmo modo, Funari e Gralha (2010) ponderam que nos 150-200 anos de ocupação, os hicsos absorveram muitos costumes e elementos da cultura egípcia e vice-versa, exercendo

influência no Sinai e na Palestina e dominavam, de forma indireta, os governantes egípcios ao sul. Em Tebas seguia uma dinastia egípcia com controle sobre o Alto Egito, mas com uma política de submissão, maior ou menor, aos hicsos. [...] Esses povos orientais introduziram uma série de novidades, como novos métodos de fiação, com o uso do tear vertical, novos instrumentos musicais (lira, alaúde, oboé, pandeiro), novas espécies de bovinos e cavalos, a azeitona e a romã. A generalização do uso do bronze, tanto em armas, como em objetos de uso cotidiano, também foi o resultado do domínio hicsu. (FUNARI; GRALHA, 2010, p. 12)

Superada a invasão dos hicsos, já na XVIII Dinastia (1550-1295 a.C.), o poder volta a centralizar-se em torno do faraó. O culto passa a ser a Amon (deus tebano) e não mais a Set (patrono dos hicsos), multiplicando-se seus templos e monumentos oficiais. A partir desse momento, os matrimônios consanguíneos ganham muitos adeptos, sobretudo entre a realeza, tornando-se comum o casamento entre irmãos, meios-irmãos e até mesmo entre pais e filhas, com a finalidade de garantir a permanência da família real no poder. Sobre isso, Cardoso ressalta que

para os egípcios, o caráter divino dos reis transmitia-se pelas mulheres: era preciso que o herdeiro fosse filho não só do rei, mas também de uma princesa de

sangue real; daí os frequentes casamentos de faraós com suas irmãs e meias-irmãs, e ocasionalmente com suas próprias filhas. Quando o novo rei era filho de uma esposa secundária, ou de fato um estranho à linhagem real, devia casar-se com uma princesa de sangue. Ao falharem os expedientes normais, podia ocorrer a legitimação por ficção religiosa: um oráculo do deus Amon; ou então, a afirmação de que o deus teria pessoalmente gerado o soberano em sua mãe terrestre (teogamia). (CARDOSO, 1982, p. 23)

Nesse mesmo período, o exército não somente se expande como também se profissionaliza, e o faraó volta a reinar absoluto. Amenófis IV (também conhecido como Aquenáton), que reinou de 1352 a 1336 a.C., é lembrado por muitos egiptólogos por ser o responsável pela introdução do culto a um único deus, Aton – uma divindade antropozoomórfica. A despeito disso, em cada nomo eram cultuadas as divindades locais, independentemente da proclamação de um deus oficial pelo Estado. Após a morte de Amenófis IV, sobe ao trono Tutancâmon¹⁴, que restaurou o culto a Amon e tornou Tebas novamente a capital do império (CARDOSO, 1982; FUNARI; GRALHA, 2010).

O período seguinte (1295-1069 a.C.), chamado de Ramessida, foi marcado pela ascensão ao trono de um monarca de origem mais humilde – Ramsés I –, oriundo de uma família que vivia na região noroeste do Delta do Nilo. A dinastia Ramessida formou uma das linhagens reais mais importantes do Egito, sobretudo por ter estabelecido elo com diversos setores sociais e pelas robustas campanhas militares. Seu neto, Ramsés II, é considerado pela historiografia como o “grande monarca” do período. Nos seus 62 anos de reinado, Ramsés II combateu os hititas, estabeleceu controle político e militar sobre a Palestina e transferiu a capital do império para Pi-Ramsés, o que é considerado por muitos o ápice da cultura egípcia. Todavia, nas dinastias que imediatamente sucederam Ramsés II, houve um acentuado declínio militar do Egito, “com o exército passando a recrutar mercenários e com a perda das possessões asiáticas e com rebeliões no Médio Egito, ao final do período. A redação do *Livro dos Mortos* assinalou a passagem para preocupações mais espirituais, que não dependiam do poder militar” (FUNARI; GRALHA, 2010, p. 16).

Desse ponto em diante, houve uma sucessão de dinastias curtas e fragmentárias, seguidas de invasões de outros povos. Em fins do século VIII a.C., o rei núbio Shabaka consegue contornar cisões políticas internas e restabelecer, ainda que temporariamente, a unidade do Estado, resgatando Mênfis como

capital – marco para o início do Período Tardio (664-332 a.C.). Entretanto, tendo de recorrer a campanhas militares de urgência, o Egito fora invadido e dominado pelos assírios, que em 671 a.C. tomaram Mênfis. Cardoso (1982) ressalta que os assírios conquistaram o apoio de parte do povo egípcio, insatisfeito com o governo núbio, e as “maiores campanhas de invasão deram-se sob o rei assírio Assurbanípal, a primeira em 667 e a segunda entre 663 e 657” (CARDOSO, 1982, p. 29). Após uma rápida restauração política durante o Renascimento Saíta¹⁵ (664-525 a.C.), o Egito voltou a ser invadido e submetido a outras civilizações. Primeiramente pelos persas, entre 525 e 404 a.C., encerrando as últimas dinastias faraônicas; depois pelos macedônios, que formaram a dinastia ptolomaica (332-30 a.C.)¹⁶; e, por fim, pelos romanos (30 a.C.), cujo domínio se estendeu até a ascensão do cristianismo, no século IV de nossa era.

REPRESENTAÇÕES DO EGITO ANTIGO EM *HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO*

Anterior à análise de nossa fonte documental, é importante alertar para os efeitos práticos que um manual didático imprime no cotidiano escolar, o qual se configura, como já comentado, tanto como instrumento central no processo de ensino e aprendizagem quanto como ferramenta de poder e controle social. Na análise de Frizzo (2017), o livro didático determina a professores e alunos não apenas o que deve ser lecionado ou estudado, mas também o método de ensino, de aprendizagem e de avaliação a ser seguido. De modo semelhante, Circe Bittencourt (1993, 2008) aponta que os LDs não só determinam o “ritmo” e o “compasso” das aulas como ainda, no caso da disciplina de História, são os grandes responsáveis pela formação da consciência histórica dos estudantes¹⁷. Portanto, “a relação entre conhecimento, ensino e políticas públicas não pode ser ignorada ao problematizarmos a produção dos livros didáticos” (ASSUMPCÃO; CAMPOS, 2020, p. 68).

Ademais, toda produção historiográfica, seja de natureza acadêmica ou didática, é permeada de aspectos subjacentes ao lugar de fala e ao contexto do historiador. Neste aspecto, Michel de Certeau (1982, p. 65-66) nos lembra que qualquer pesquisa histórica “se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”. Logo, as produções didáticas

atendem aos interesses desse contexto e lugar de produção. [...] Posto que a escrita de um material didático ocorre em função de uma instituição, por meio dos jogos de interesses que organizam um produto cultural. Estes atuam na metodologia empregada, à seleção das fontes, bem como na disposição de conteúdos e temas a serem elaborados. O conhecimento sobre esse conjunto de fatores citados é importante para problematizarmos a produção dos livros didáticos. (ASSUMPÇÃO; CAMPOS, 2020, p. 69)

No que se refere à representação imagética de determinada sociedade em uma obra didática, é preciso levar em conta que há um deslocamento de sentido nesse processo, pois uma imagem não detém o mesmo efeito de sentido de sua produção original, haja vista que não foi produzida, originalmente, para fins didáticos (uma fotografia, por exemplo, é produzida, em geral, para ser comercializada em jornais, revistas ou almanaques; não para livros didáticos). Sobre esse aspecto, Fábio Frizzo exemplifica que

podemos pensar em fotografias de pinturas de tumbas egípcias. A produção de uma imagem implica em um sistema de valores específico ao seu contexto produtivo. As famosas pinturas da capela funerária de Nebamun, expostas na sala 61 do Museu Britânico, aparecem em diversos livros didáticos [...]. Neste caso, o contexto original das imagens era a própria tumba. Sua exposição no Museu Britânico já modifica o contexto de interpretação da imagem, algo que volta a ocorrer por duas vezes: a primeira na fotografia feita pelo próprio museu e a segunda no seu uso no material didático. (FRIZZO, 2017, p. 80)

Na mesma direção, Roger Chartier (1991) salienta que quando se representa determinado contexto histórico por meio de um texto ou imagem, essa representação ocorre a partir de duas perspectivas:

por um lado a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é. (CHARTIER, 1991, p. 184, aspas do autor).

Dessa forma, o uso de imagens como representação de um contexto histórico deve contribuir para a formação da consciência crítica do aluno, de modo a romper com o seu uso estritamente ilustrativo e comercial. Premissa que é defendida também por Assumpção e Campos (2020), os quais assinalam que “as imagens devem articular as informações de forma crítica, servindo como outro instrumento do saber e não como um meio de corroborar as informações dos textos [...], visto que a sua linguagem aprimora capacidades analíticas e a percepção de mundo dos jovens” (p. 72-73). Sob este ângulo, a iconografia didática pode ser útil para desconstruir ideologias extremistas, visões políticas hegemônicas e auxiliar na preservação da diversidade histórica e cultural dos povos. No caso do Egito Antigo, as imagens contribuem, dentre outros aspectos, para a constituição de sentido histórico, visto que “aquela sociedade elaborou uma forma bastante [...] integrada de ligação imagem-texto, especialmente considerando o fato de que o próprio texto hieroglífico tinha uma forma iconográfica mais evidente” (FRIZZO, 2017, p. 84). Assim, a sua utilização é parte integrante e, por vezes, obrigatória do processo de educação histórica¹⁸, indo muito além do aspecto meramente “decorativo” dos conteúdos.

Tomando o livro *História da Civilização* como objeto de análise, observa-se que o conteúdo acerca da sociedade egípcia ocupa uma pequena parte do livro – são oito páginas para narrar sobre o Egito Antigo, num total de 109 páginas destinadas à Antiguidade (a obra tem, ao todo, 289 páginas). Isto indica, fundamentalmente, dois aspectos: 1. levando-se em conta apenas o elemento quantitativo, são destinadas mais páginas às civilizações grega (30 páginas) e romana (37 páginas) e bem menos à egípcia (oito páginas), à mesopotâmica (sete páginas), à chinesa (uma página) e à indiana (meia página); 2. no que tange ao surgimento da civilização egípcia, predomina a ideia de que o Egito é uma “dádiva” do Nilo, como se pode observar na seguinte citação de Heródoto:

Alguém que visite o Egito sem ter previamente ouvido falar algo a seu respeito terá de perceber – para isso bastando-lhe apenas o senso comum de observação – que o Egito, para onde se dirigem os nativos gregos, é fruto de uma dádiva do rio [Nilo]. Poucos esforços despendem os egípcios para obter frutos da terra. Não precisam sulcar o solo por meio do arado, nem revolvê-lo à custa da enxada ou

trabalhar os campos como o têm de fazer outras populações. Aguardam simplesmente que o rio [Nilo] suba, transborde, inunde, fertilize os campos e torne ao leite normal. Cada um semeia então seu lote de terra e a seguir, solta nos campos porcos e ovelhas que, pisoteando-os, garantem às sementes melhor penetração no solo. Depois apenas têm de aguardar o tempo da colheita. (HERÓDOTO, II, 5 e II, 14 apud HOLLANDA et al., 1979, p. 13)

A ênfase dada a essa concepção *herodotiana* reforça uma visão ocidentalizada e historicamente tradicional dos autores, que ao localizarem o desenvolvimento histórico do Egito apenas como resultado das cheias do Nilo – o chamado *crescente fértil*¹⁹ –, transmitem a ideia de que o país não está localizado no continente africano, mas, sim, às margens do Rio Nilo, passando a existir, “por si mesmo, sem espaço delimitado, funcionando como uma entidade, em muitos casos, criadora do Egito” (BORGES, 2009, p. 107). Esta compreensão, ainda comum em livros didáticos de História, reforça a equivocada tese de que o Nilo é egípcio e não africano, desconsiderando que a “maior parte do curso do Nilo está fora do Egito e foi palco de outras civilizações antigas. Portanto, não só o Egito é nilótico. O Nilo é da África e não somente do Egito e o Egito também é da África e não só do Nilo.” (BORGES, 2009, p. 107).

Concepção que distancia o Egito de sua própria historicidade africana. Neste aspecto, deve-se considerar que durante muito tempo os pesquisadores associavam o Egito ao mundo branco ocidental, ocultando o fato de que o seu desenvolvimento ocorreu no continente africano e que a sua língua também é africana. Como apontam Funari e Gralha (2010, p. 21), “ainda no início do século XX o pioneiro da Arqueologia do Egito Antigo, Flinders Petrie (1853-1942) – um britânico racista e conservador – não admitia que a civilização egípcia fosse autóctone, mas falava em uma invasão de uma raça superior vinda da... Europa!”. Essa narrativa que vincula o Egito à Europa e à Ásia Ocidental, mas o desassocia do continente africano remonta à historiografia do século XIX, a qual se baseia na construção de estereótipos orientalistas, mediante os quais “o povoamento egípcio se deu com povos caucasianos, a partir do Nordeste, e a unificação do Egito foi possível com as migrações oriundas do Oriente próximo, retirando a importância das ações egípcias por serem africanas” (ASSUMPÇÃO; CAMPOS, 2020, p. 76). Além disso,

um outro fenômeno que grandes danos causou ao estudo objetivo do passado africano foi o aparecimento, com o tráfico negreiro e a colonização, de estereótipos raciais criadores de desprezo e incompreensão, tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos da historiografia. Desde que foram empregadas as noções de ‘brancos’ e ‘negros’, para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria entre outras, e destinado ao trabalho forçado, o africano veio a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior: a de negro. Este processo de falsa identificação depreciou a História dos povos africanos no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história, em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada. (M’BOW, 2010, p. XXII)

Para Ciro Flamarion Cardoso (1982, p. 4), tal concepção “foi fortemente atacada por historiadores negro-africanos – C. Anta Diop e T. Obenga –, que com argumentos linguísticos (semelhança entre o antigo egípcio e línguas negro-africanas de hoje) e de outros tipos trataram de provar que os egípcios da Antiguidade eram negros”. Dentre esses argumentos, está o fato de que

o elemento negro era preponderante do princípio ao fim da História egípcia, particularmente se observarmos, uma vez mais, que ‘mediterrânico’ não é sinônimo de ‘branco’; estaria mais próximo da ‘raça morena ou mediterrânica’ de Elliot-Smith [...]. O termo ‘moreno’ neste contexto refere-se à cor da pele e é simplesmente um eufemismo de negro. Assim, fica evidente que toda a população egípcia era negra, com exceção de uma infiltração de nômades brancos no período protodinástico. (DIOP, 2010, p. 4)

Da mesma maneira, Sagredo (2018) enxerga o processo de “desafricanização” do Egito como uma violência histórica e geográfica sem precedente, mediante a qual se tentou “retirar o Egito de seu contexto africano e recolocá-lo sob o Orientalismo, desde a questão de seu povoamento” (SAGREDO, 2018, p. 16). Borges (2009) apresenta uma perspectiva semelhante ao tratar do ensino de História, advertindo que a África Antiga, da qual o Egito fez parte, por muito tempo foi ignorada nos livros didáticos. Nas palavras do autor,

a civilização egípcia, apesar de ser apresentada com esplendor, era referenciada ao oriente e não ao continente africano. A conceituação do crescente fértil demonstra essa perspectiva de dissociar o Egito de sua verdadeira localização, pois está em seu âmago relacionar o Egito ao oriente médio, deslocando-o do seu centro, a África. (BORGES, 2009, p. 75-76)

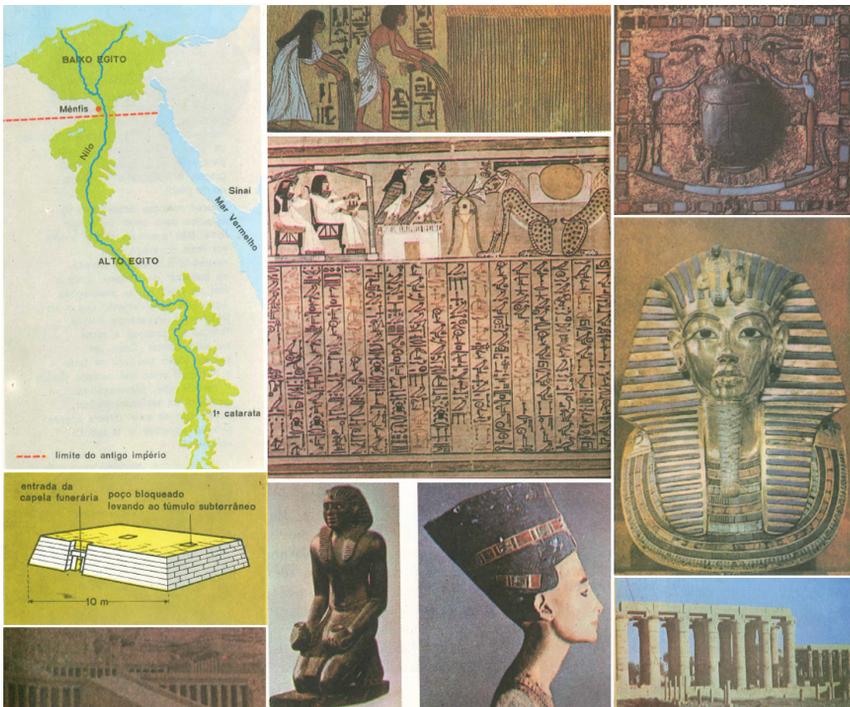
No caso da obra de Buarque de Holanda, uma explicação possível para a ausência de abordagem da africanidade do Egito Antigo talvez tenha se dado pela inexistência de uma legislação educacional que contemplasse, à época da produção e publicação do livro, o ensino de História da África, haja vista que as leis 10.639/03 e 11.645/08²⁰, que versam sobre a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura africana, afro-brasileira e indígena, só foram implantadas no governo Lula (2003-2010), cerca de trinta anos após a escrita da *Coleção Sérgio Buarque de Holanda*. Apesar desse aspecto, não é aceitável a não abordagem aos elementos histórico-culturais africanos do Egito, devendo esta questão ser enfatizada sempre nos manuais escolares, sobretudo no Brasil, que possui uma História de larga (e trágica) proximidade com o continente africano. Ademais, “se ao Egito lhe é negado ou camuflado este aspecto capital de sua natureza histórica e geográfica, remete ao debate em torno da perspectiva de não conceber a África como centro civilizatório” (BORGES, 2009, p. 105). No mesmo propósito, Paiva assevera que

o estudo do Egito e dos povos africanos da antiguidade nos possibilitará formar uma consciência e mesmo uma indignação nos alunos sobre a forma com que sua história foi subtraída e uma maior compreensão de sua ancestralidade criando um reforço positivo na imagem da África perante a sociedade. (PAIVA, 2016, p. 40)

No que concerne à representação imagética da civilização egípcia, constatou-se um total de 31 imagens, dentre fotografias, mapas, quadros e ilustrações. É relevante pontuar que a partir de 1980, houve, no Brasil, um aumento significativo da iconografia do período antigo e medieval em manuais escolares de História, com ênfase na representação de artefatos, monumentos e esculturas (MAUAD, 2015). Em *História da Civilização*, especificamente no recorte sobre o Egito Antigo, as fotografias ocupam 58% do total da iconografia do capítulo, os mapas 22,6%, os quadros 13% e as ilustrações 6,4%. A maio-

ria das imagens representa aspectos cotidianos da sociedade egípcia, como a religião, a colheita, o artesanato ou a atividade de escriba (Figura 1). Contudo, elas são empregadas na obra ou para complementar alguma narrativa ou explicação textual, ou possuem caráter meramente decorativo, incorrendo em um equívoco pedagógico. Outro ponto observado é que são poucas as imagens que possuem referências completas ou a fonte de onde foram extraídas, parecendo inexistir, por parte dos autores e editora, preocupação com a datação das imagens, “o que contribui, obviamente, para uma concepção anistórica do Egito Antigo, bastante tributária do discurso orientalista e este ‘Egito Eterno’ da Europa dos anos 1800” (FRIZZO, 2017, p. 83).

Figura 1 – Mosaico sobre a iconografia egípcia (reprodução parcial).



Fonte: HOLLANDA et al. 1979. *História da civilização*. 7 ed., p. 14-21.

A rigor, apenas 29% da iconografia total do capítulo apresentam referências e somente 9,7% trazem a datação das imagens. Além disso, não há nenhuma

ma tabela, quadro ou esquema que demonstre, visualmente, a cronologia egípcia, a qual é descrita, de forma resumida e superficial, em meia página, sob o título “Evolução histórica do Egito”, apresentada no início do tópico. Outro aspecto constatado é a aleatoriedade com que são empregadas as imagens, muitas vezes, de maneira a ilustrar ou decorar conteúdos, sem uma preocupação com a análise imagético-explicativa das obras expostas no manual escolar e, tampouco, com a construção de uma consciência histórica crítica sobre a sociedade egípcia. Fator que impacta negativamente o processo de educação histórica, impossibilitando

qualquer compreensão histórica real relacionando a sociedade e suas distintas representações iconográficas. Este quadro se agrava quando consideramos a ausência de fontes primárias textuais referentes ao período faraônico. Consequentemente, a única documentação primária para a construção do saber escolar acerca da História egípcia antiga são as imagens, que, por falta de instrumental adequado, tornam-se inúteis neste sentido. (FRIZZO, 2017, p. 83)

Observou-se também uma ausência de abordagem sobre o papel social e cultural da mulher no Egito Antigo. Apesar de se tratar de uma sociedade historicamente patriarcal (como muitas outras), há algumas narrativas que versam sobre o feminino no Egito e que poderiam ser utilizadas pelos autores. Um exemplo é a existência de importantes rainhas, como Hatexepsute (*Hatshepsut*) e Cleópatra VII. Ainda sobre esta questão, é válido destacar que houve, durante a XVIII Dinastia (1550-1295 a.C.), um notório protagonismo feminino, no qual

as rainhas passaram a ter prerrogativas de corregência, algo pouco comum no mundo antigo. Ahmes-Nefertari (cerca de 1540 a.C.) recebeu o título de ‘segundo profeta do deus Amon’. [...] A ascensão ao trono da rainha Hatexepsute (1508-1458 a.C.) demonstrou o poder das mulheres egípcias. Ela adotava todos os títulos faraônicos, com o uso das terminações no feminino. Isto não é pouco, se considerarmos que, em português, quase não se usam alguns termos de poder no feminino, como ‘presidenta’ ou ‘apóstola’. Hatexepsute foi uma das cinco mulheres que reinaram no Egito e gerações de egiptólogos ficaram fascinados pela rainha, descrita como ‘pacifista’, por uns, mas como masculinizada, por outros. (FUNARI; GRALHA, 2010, p. 13)

Tal protagonismo pode ser observado também na hierarquia familiar, uma vez que os homens “deveriam solicitar à mãe da jovem a permissão para selar o compromisso e não ao pai” (CARIA, 2013, p. 94). Ademais, “as mulheres podiam possuir e administrar seus bens e [...] queixar-se sob maus tratos cometidos pelo marido, podendo até solicitar o divórcio sem a permissão dos pais ou de seu companheiro” (CARIA, 2013, p. 94). Deve-se sublinhar, no entanto, que embora a mulher ocupasse algum destaque no Egito Faraônico, havia o predomínio social masculino, cabendo-lhe, sobretudo, a tarefa de cuidar do lar e dos filhos. Em alguns casos,

as mulheres, além de cuidar dos filhos, ajudavam a moer os grãos, assar o pão, destilar a cerveja, cozinhar os alimentos e tecer roupas. Algumas Mulheres também auxiliavam seus esposos no campo, alguns documentos mencionam as mulheres supervisionando restaurantes populares, pequenas lojas, oficina de fiar e de tecedura e até um harém real. Outras mulheres exerceram o papel de cantoras, dançarinas ou musicistas, sem esquecer as mulheres da alegria (termo usado para designar as prostitutas). (CARIA, 2013, p. 99)

No plano religioso, Bakr nos lembra que apesar de o feminino ser objeto de bastante veneração, o número de deusas em todo o Egito “provavelmente não excedia a doze, embora algumas, como Hator, Ísis, Neith e Bastet, não deixassem de ser importantes em todo o país” (2010, p. 43). A deusa Hator, por exemplo, desempenhava

forte influência na vida dos apaixonados, a [sua] magia tinha como objetivo atrair a mulher ou o homem amado [...]. Os apaixonados poderiam invocar a deusa Hathor (em egípcio, Hwt-Hr) para fins amorosos. Ela era representada por uma mulher com cabeça e orelhas de vaca, ou com dois chifres e um sol entre eles. Os cabelos cacheados simbolizavam o lado sedutor da divindade. A deusa Hathor possuía atributos ligados ao prazer, tais como: a beleza, a dança, felicidade, embriaguez, poder sexual, perfume, amor entre homem e mulher, e regeneração. (CARIA, 2013, p. 96-97)

A despeito da relevância da mulher na sociedade e na cultura egípcia, reitera-se que nenhuma discussão a esse respeito é levantada na obra de Buarque de Hollanda, tendo os autores se limitado a expor o busto de Nefertiti

(presente na Figura 1) apenas como forma de ilustrar o trabalho dos escultores egípcios do século XIV a.C. Fato que, somado à ausência de abordagem à historicidade africana do Egito, evidencia uma historiografia gestada aos moldes positivistas, que segue priorizando a História dos homens em detrimento das mulheres e a dos brancos em detrimento dos negros.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nos limites deste artigo, retomou-se a representação do Egito Faraônico em *História da Civilização*, um dos livros didáticos da *Coleção Sérgio Buarque de Hollanda*. Nesta retomada, constatou-se que apesar da importância dessa produção, a qual fez parte do cotidiano escolar brasileiro por cerca de duas décadas, a abordagem da História egípcia possui, por um lado, algumas inconsistências cronológicas e didáticas e, por outro, explicita uma posição mais conservadora de seus autores. De maneira geral, foram observados os seguintes pontos: a) a ausência de referencial sobre a iconografia empregada no material, bem como a falta de datação e contextualização das imagens; b) uma concepção ocidentalizada e etnocêntrica do Egito, ocultando, assim, a sua historicidade africana; c) a não abordagem à figura feminina e/ou ao papel social da mulher egípcia.

Essas questões, quando não problematizadas, acabam prejudicando o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos, mantendo-os atrelados a uma perspectiva de ensino e aprendizagem tradicional, conteudista e de caráter acrítico. Por isso, é importante realçar que a iconografia egípcia, se bem contextualizada, pode desempenhar um papel fundamental no processo de constituição de sentido histórico, seja a partir dos debates a respeito dos modos de vida e da formação social e política da civilização egípcia, ou acerca de sua abundante cultura material. Ademais, é possível contribuir ainda para a preservação do patrimônio histórico e cultural, estimular a alteridade, além de ajudar a desconstruir visões de mundo excludentes, ideologias supremacistas e outras formas de extremismos.

DOCUMENTAÇÃO ESCRITA

HOLLANDA, Sérgio Buarque de et al. *História da civilização*. Curso Moderno. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim de; CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Livro didático e o ensino de história antiga – desafios no presente e problemas do passado. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, Caetité, v. 2, n. 6, p. 66-87, jul./dez. 2020.
- BAKOS, Margaret Marchiori. Hieróglifos: imagens, sons e egiptomania. *Phoïnix*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 178-201, 2007.
- BAKR, A. Abu. O Egito faraônico. In: MOKHTAR, Gamal (org.). *História geral da África II*. 2. ed. África antiga. Brasília: Unesco, 2010. p. 37-67.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. 383 f. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Doutorado em História, São Paulo, 1993.
- BORGES, Jorgeval Andrade. *Ambígua África, memórias e representações da África antiga no livro didático*: Egito, reinos e impérios africanos. 2009. 162 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2009. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/849136/mod_resource/content/1/BORGES%2C%20J.A.%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARIA, Thamis Malena Marciano. Aspectos da condição feminina no antigo Egito. *Revista Mundo Antigo*, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 1, p. 93-106, jun. 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. Tradução de Maria Helena Camara Bastos. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 11, p. 5-24, abr. 2002.

- DIOP, Cheikh Anta. A origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (org.). *História geral da África II*. 2. ed. África antiga. Brasília: Unesco, 2010. p. 1-36.
- FRIZZO, Fábio. História, imagem e poder social: uma análise das imagens do Egito antigo nos livros didáticos brasileiros. In: BRANCAGLION JUNIOR, Antonio; GAMA-ROLLAND, Cintia; CHAPOT, Gisela (org.). *Semna – estudos de egiptologia IV*. Rio de Janeiro: Editora Klínê, 2017. p. 77-86.
- FUNARI, Raquel; GRALHA, Julio. O Egito Antigo. In: VENTURINI, Renata Lopes Biazotto (org.). *Antiguidade oriental e clássica: economia, sociedade e cultura*. Maringá: Eduem, 2010. p. 13-36.
- MAUAD, Ana Maria. Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 81-108, set./dez. 2015.
- M'BOW, Amadou-Mahtar. Prefácio. In: MOKHTAR, Gamal (org.). *História geral da África II*. 2. ed. África antiga. Brasília: Unesco, 2010. p. XXI-XXVI.
- MOKHTAR, Gamal; VERCOUTTER, Jean. Introdução geral. In: MOKHTAR, Gamal (org.). *História geral da África II*. 2. ed. África antiga. Brasília: Unesco, 2010. p. XXXI-LXII.
- PAIVA, Viviane Aparecida da Silva. *O Egito como componente curricular de história: desafios e possibilidades no ensino de história da África*. 2016. 143 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em História, Catalão, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6723>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. 15. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 07-16, jul./dez. 2006.
- SAGREDO, Raisa. Problematicando fronteiras e africanidades: o caso do Egito antigo. In: SILVA, Semiramis Corsi; ESTEVES, Anderson Martins (org.). *Fronteiras culturais no mundo antigo: ensaios sobre identidades, gênero e religiosidades*. Rio de Janeiro: Letras/UFRJ, 2018. p. 15-27.
- SILVA, Fábio Alexandre da. *A concepção de história a partir dos livros didáticos de Sérgio Buarque de Holanda*. 2020. 150 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação, Cascavel, 2020. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4779>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- SOUSA, Rogério. Os hieróglifos: a escrita da vida. *E-fabulações*, Porto, n. 10, p. 19-24, dez. 2012.

NOTAS

¹ O livro em análise foi publicado pela primeira vez no ano de 1974 e se destinava à 7ª e 8ª séries do então Ensino de Primeiro Grau – o que corresponde, na atualidade, ao 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. A edição estudada neste artigo é de 1979.

² A *Coleção Sérgio Buarque de Hollanda* foi uma produção didática de Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982), feita em parceria com outros professores da Universidade de São Paulo (USP). É composta por três livros didáticos de História (dois de História do Brasil e um de História Geral), um caderno de trabalhos práticos e um livro do professor para cada título.

³ Parte-se da concepção de civilização preconizada por Jaime Pinsky (1994), que a define enquanto organização política formal cujas regras são estabelecidas para governantes e governados, ainda que com pesos diferentes. Tal organização “implica projetos amplos que demandem trabalho conjunto e administração centralizada (como canais de irrigação, grandes templos, pirâmides, portos, etc.); implica a criação de um corpo de sustentação do poder (como a burocracia de funcionários públicos ligados ao poder central, militares etc); implica a incorporação das crenças por uma religião vinculada ao poder central, direta ou indiretamente (os sacerdotes egípcios, o templo de Jerusalém etc.); implica uma produção artística que tenha sobrevivido ao tempo e ainda nos encante [...]; implica a criação ou incorporação de um sistema de escrita [...]; implica, finalmente, mas não por último, a criação de cidades” (PINSKY, 1994, p. 46).

⁴ Para se referir ao autor, emprega-se, neste texto, o seu sobrenome grafado com apenas uma letra “I” (Holanda), conforme consta nas edições mais recentes de suas obras. No entanto, salienta-se que há pesquisadores e editoras que o referenciam com dois “I”, como a própria *Coleção Sérgio Buarque de Hollanda*.

⁵ Sobre isso, ver dissertação de mestrado de Fábio Silva (2020), intitulada *A concepção de história a partir dos livros didáticos de Sérgio Buarque de Hollanda*. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4779>. Acesso em: 07 jun. 2021.

⁶ Em levantamento feito na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, entre março e abril de 2020, foram localizadas diversas pesquisas que versam sobre o Egito Antigo, mas não muitos estudos que trabalham, especificamente, com a mesma temática em livros didáticos, à exceção do estudo de Maria Luiza Cardoso (2015), intitulado *O Egito antigo nos livros didáticos: representações e mistificação na sala de aula*, e do texto de Fábio Frizzo (2017), sob o título *História, imagem e poder social: uma análise das imagens do Egito antigo nos livros didáticos brasileiros*.

⁷ Desenvolvida há aproximadamente cinco mil anos pelos habitantes do Vale do Rio Nilo, a escrita hieroglífica é um dos primeiros sistemas de escrita da humanidade. Seu surgimento se deu provavelmente a partir do contato entre egípcios e sumérios, que navegavam até o Egito pelo Mar Vermelho (SOUSA, 2012). Em linhas gerais, a escrita hieroglífica consiste

na junção de imagens que representam ideias – os pictogramas – com imagens que representam sons – os fonemas. Com isso, os egípcios podiam eleger imagens para representar os sons da língua falada (BAKOS, 2007). Vale acrescentar que o termo hieróglifo significa, em grego, escrita sagrada, vinculando-se a uma concepção mitológica de mundo, na qual o faraó é a própria personificação dos deuses na terra. Portanto, a “escrita divina” (o hieróglifo), para os egípcios, intermediava a ligação entre a mente do criador e o mundo criado, de modo que “cada criatura viva era vista como um ‘hieróglifo’, ou seja, a materialização de uma ideia divina. [...] Assim, ao olhar para a natureza e ao observar a vida, o homem podia decifrar o código usado por deus para redigir o grande texto vivo da criação e aceder às ideias puras que emanaram diretamente da sua consciência” (SOUSA, 2012, p. 22, aspas do autor). Apesar de sua importância histórica, a escrita hieroglífica só foi decifrada no século XIX, a partir do copta, idioma usado até hoje pela igreja cristã egípcia.

⁸ O mais antigo documento que versa sobre o Egito é um fragmento de pedra lascada de 63 cm de altura, denominado Paleta de Narmer, datado de aproximadamente 3000 a.C. Esculpida em baixo-relevo e passível de várias interpretações, a pedra apresenta, em um de seus lados, dois leões de pescoços compridos entrelaçados, segurados por dois homens barbados, que representam a unificação do Alto e do Baixo Egito. Na parte superior, há a figura do rei Narmer portando o que seria a coroa vermelha, que simboliza o Baixo Egito. Ele participa de uma procissão com aliados revistando corpos de inimigos decapitados. Narmer também é representado no outro lado da paleta, esculpido em plano maior e segurando possivelmente um inimigo. Porém, nesta representação ele está portando a coroa branca, que corresponde ao Alto Egito (FUNARI; GRALHA, 2010). Uma das leituras que se pode fazer desse documento é a de que ele representa a unificação do Egito sob o governo de um soberano (o faraó), um representante sagrado que seria a própria personificação dos deuses na terra.

⁹ Parte-se, aqui, da concepção de Estado aplicada às primeiras civilizações, uma tentativa de centralização social intermediada pelo aparato estatal que, mediante a figura de um líder supremo (o faraó, no caso egípcio), impõe a seus súditos uma política comum (PINSKY, 1994).

¹⁰ Deve-se destacar que embora houvesse indivíduos que sabiam ler e escrever, não eram todos que tinham o acesso ao conhecimento.

¹¹ Sobre o ritual de mumificação no Egito Antigo e as práticas de ensino e aprendizagem decorrentes desse componente curricular, recomenda-se a leitura do artigo de Silva et al. (2017), intitulado *Uma aula-oficina do PIBID História sede/UEM: a mumificação enquanto ritual religioso no Egito antigo*. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3816.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

¹² Foi por meio dos faraós da XII Dinastia que se instituiu, no plano político, o costume da hereditariedade do trono.

¹³ O culto a Osíris, deus conhecido por conceder “imortalidade à alma” dos egípcios, espalhou-se rapidamente por todo o país. Segundo Bakr (2010), seu sucesso se deve, sobretudo, ao caráter funerário que lhe foi atribuído. Nas palavras do autor: “Durante o último período da história egípcia, o culto de Osíris e de Ísis conheceu sua maior difusão, estendendo-se às ilhas gregas, a Roma e até mesmo às florestas da Alemanha. No próprio Egito, não havia templo consagrado a qualquer divindade que não reservasse um altar para o culto do grande Deus dos Mortos e que não realizasse cerimônias, nos dias de festa, para celebrar sua ressurreição” (p. 53).

¹⁴ A tumba de Tutancâmon foi encontrada intacta, em 1922, pelo arqueólogo inglês Howard Carter (1874-1939), o que é considerado um dos maiores feitos arqueológicos da História.

¹⁵ Nesse período, a capital do Egito foi estabelecida em Sais, no Delta da Nilo, durante o reinado do Faraó Psamético I. Em seu governo, Psamético I combateu os líbios do norte através do emprego de mercenários gregos em seu exército. Tanto ele como seus sucessores investiram pesadamente no comércio com outros povos, construindo um canal que ligava o Delta ao Mar Vermelho – concluído pelo rei persa Dario I. Porém, isolado política e militarmente e sofrendo baixas constantes, sobretudo com as invasões persas, o Egito capitulou e, nos séculos seguintes, foi submetido, respectivamente, ao domínio de persas, gregos e romanos (CARDOSO, 1982; FUNARI; GRALHA, 2010; BAKR, 2010).

¹⁶ Durante a dinastia ptolomaica, preservou-se o título de faraó, sendo que a última governante egípcia apresentada como um faraó foi Cleópatra VII Filopátor (69-30 a.C.), que reinou sob o domínio grego.

¹⁷ A consciência histórica não pode ser tomada, única e exclusivamente, como mero conhecimento do passado, mas, sobretudo, entendida enquanto um instrumento que “dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro” (RÜSEN, 2006, p. 14). Trata-se de “uma categoria geral que não tem apenas relação com o aprendizado e o Ensino de História, mas cobre todas as formas de pensamento histórico; através dela se experiencia o passado e se o interpreta como História” (ibid., p. 14).

¹⁸ Na concepção apresentada por Jörn Rüsen, baseada em Elich Weniger, a educação histórica pode ser compreendida a partir da hermenêutica historicista, ou seja, o “professor tem que entender a educação como o historiador tem que entender a História – isto é, hermenêuticamente, como um tipo de texto constituído por forças humanas intencionais e contendo um sentido que pode ser decifrado, revelando as próprias intenções do leitor e as possibilidades de interação entre texto e leitor” (RÜSEN, 2006, p. 9).

¹⁹ Cf. Paiva (2016), o conceito de *crescente fértil* foi cunhado pelo arqueólogo estadunidense James Henry Breasted (1865-1935), no início do século XX, em pesquisa financiada pela

Fundação Rockefeller. Desde então, a historiografia traz “um Egito pertencente ao Vale do Nilo e ao Crescente Fértil em sua localização ao invés de África” (PAIVA, 2016, p. 81).

²⁰ Para consultar ambas as leis, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

Artigo submetido em 15 de outubro de 2020. Aprovado em 27 de janeiro de 2021.